



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO - CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA - MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

ASSUNTO: DISPENSA ELETRÔNICA 07.2024

“DISPENSA ELETRÔNICA. MATERIAS DE CONSUMO – PAPÉIS E ITENS DE EXPEDIENTE. BAIXO VALOR DA CONTRATAÇÃO. ART. 75, II, LEI 14.133/2021. POSSIBILIDADE”.

I – RELATÓRIO

Cuida-se de processo administrativo para aquisição de materiais de consumo (papéis, pastas, clips e outros) para o expediente da Câmara Municipal, mediante dispensa de licitação por baixo valor nos termos do art. 75, II, da lei 14.133/2021,

II – PARECER JURÍDICO

Conforme é sabido, a licitação consiste em processo que visa propiciar à administração pública a seleção da proposta mais vantajosa, quando diante da necessidade da aquisição de bens ou serviços, ou ainda para a alienação de bens.

O dever de licitar está previsto no art. 37, XXI da Constituição federal, no sentido que:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nota-se que a regra geral é que as compras e alienações realizadas pela administração pública serão precedidas de processo licitatório. O objetivo consiste em não só assegurar à administração pública a seleção da proposta mais vantajosa, como



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

também tonar isonômica a participação dos interessados, assegurando-se a todos a igualdade de tratamento e condições. Igualmente, o referido procedimento também visa conferir maior transparência aos atos realizados pela administração pública, garantindo-se a observância aos princípios insculpidos do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nesse contexto, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, dispõe, em seu art. 17, que a licitação será composta de sete fases: I) a preparatória; II) divulgação do edital de licitação; III) apresentação de propostas e lances, quando for o caso; IV) julgamento; V) habilitação; VI) recursal e; VII) homologação.

Por certo, ainda que a contratação mediante licitação seja a regra, há exceções. O art. 75 da lei 14.133/2020, enumera, de maneira taxativa, vários casos em que há dispensa do dever de licitar. São casos de licitação dispensável, isto é, quando se permite ao administrador a escolha de licitar ou contratar diretamente, desde que observadas as formalidades previstas no art. 72.

No que tange à participação da assessoria jurídica na licitação, nos termos do art. 53 da lei 14.133/21, finda a fase preparatória, deverá realizar o controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. Confira-se:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

[...]

Dessa forma, depreende-se que a análise da assessoria jurídica versará sobre a fase preparatória da licitação, cujas formalidades estão previstas no art. 18 da lei 14.133/21:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

Art. 18. **A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:**

I - a **descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;

II - a **definição do objeto para o atendimento da necessidade**, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a **definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;**

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a **elaboração do edital de licitação;**

VI - a **elaboração de minuta de contrato**, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o **regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços** ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação**, observado o art. 24 desta Lei.

O referido dispositivo legal ainda dispõe sobre os requisitos do estudo técnico preliminar, que seguem abaixo descrito:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Salienta-se que nos termos do § 2º do art. 18 não é obrigatório que o ETP tenha todos os elementos descritos acima, mas ao menos os previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, devendo ser justificada a ausência dos demais elementos.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

Dessa forma, o ETP deverá conter, no mínimo: I) a descrição da necessidade da contratação; II) a estimativa das quantidades para a contratação; III) a estimativa do valor da contratação; IV) justificativas para o parcelamento ou não da contratação e; V) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Além disso, conforme destacado anteriormente, deverão ser observadas as formalidades do art. 72, que dispõe sobre os documentos necessários ao processo de dispensa – segue abaixo:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - **documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar**, análise de riscos, **termo de referência**, projeto básico ou projeto executivo;

II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - **parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso**, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Entendida a finalidade da licitação e a função da assessora jurídica, passa-se a análise dos requisitos da fase de planejamento.

II.I Do estudo técnico preliminar



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

O ETP foi elaborado pela equipe técnica, cabendo a esta assessoria tão somente a análise do preenchimento das formalidades previstas no § 1º do art. 18.

Sendo assim, pelo teor da documentação acostado aos autos, é possível aferir que no ETP consta a descrição da necessidade da contratação, os requisitos da contratação, a solução como um todo, a estimativa das quantidades para a contratação, a estimativa do valor da contratação, justificativa do para o parcelamento da contratação, os resultados pretendidos e a declaração de viabilidade da contratação.

De igual modo, foi justificada a não elaboração do plano anual de contratações, a inexistências de contratações correlatas, a desnecessidade de realização de providências prévias e a não nidificação de possíveis impactos ambientais.

Diante disso, foram preenchidas as exigências do art. 18, II e art. 72, I, da lei 14.133/21.

II.II Descrição da necessidade da contratação

Consoante ao disposto no inciso I do art. 18 da lei 14.133/21, a fase de planejamento deverá compreender a necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar.

Essa exigência foi cumprida na medida em que a necessidade da contratação foi devidamente justificada no ETP anexo, bem como no documento de formalização da demanda, demonstrado o interesse público envolvido.

II.III Definição do objeto e das condições de execução e pagamento

O objeto para o atendimento da necessidade da Câmara Municipal foi devidamente definido no Termo de Referência anexado, no qual constam as seguintes informações; especificação do objeto; justificativa; requisitos da gestão do contrato, acompanhamento e fiscalização da execução; preço estimado, forma de pagamento e



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

dotação orçamentária; obrigações da partes e critérios para execução contratual; requisitos de qualificação técnica e; informações complementares.

Tais elementos apontam para o cumprimento das exigências previstas nos inciso II e III do art. 18 da lei 14.133/21.

II.IV Orçamento estimado

De acordo com o inciso III do art. 18 da lei 14.133/21, o planejamento da licitação deve compreender o orçamento estimado da contratação, com as composições dos preços utilizados para sua formação.

Além disso, conforme dispõe o inciso VI do § 1º, no TR a estimativa do valor da contratação deve ser acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

Nesse sentido, o art. 23 da lei de licitações estabelece as balizas para a realização da pesquisa de preço, confira-se:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Os critérios estabelecidos no incisos I a V do dispositivo legal supracitado podem ser adotados em conjunto ou isoladamente.

No presente caso, pelo teor do ETP e do TR é possível aferir o valor estimado da contratação, **mas não há demonstração do método utilizada para composição dos preços**, apesar de se presumir que a equipe técnica tenha observado as formalidades legais inerentes à pesquisa de preços.

II.V Regime de prestação de serviço/fornecimento de bens

Pelo teor da documentação anexa aos autos é possível aferir a maneira como os bens serão contratados, executados e fiscalizados. Com efeito, foi definido o regime de fornecimento dos bens, conforme exige inciso VII do art. 18 da lei 14.133/21.

II.VI Modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa

No que tange à modalidade do certame, foi escolhido a dispensa de licitação por baixo valor, nos termos do inciso II do art. 75 da lei 14.133/21, que dispõe o seguinte:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras

(...)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO - CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA - MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

Segundo o dispositivo supracitado, é permitida a dispensa de licitação para a aquisição de serviços (que não sejam de engenharia) e compras que sejam inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo que esse valor, por força do **Decreto 11.871/2023**, hoje é de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Pelo teor da documentação que instrui o presente processo de dispensa, nota-se que o preço estimado da contratação é de R\$ 3.513,80 (três mil quinhentos e treze reais e oitenta centavos), enquadrando-se dentro do limite previsto para dispensa por baixo valor.

Importante observar que, nos termos do inciso parágrafo terceiro do art. 75 da lei 14.133/21, a dispensa de licitação por baixo valor será preferencialmente precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Ademais, observa-se que nos termos do art. 56, o modo de disputa poderá ser aberto ou fechado, podendo ser adotados conjuntamente.

In casu, foi adotado o critério de julgamento escolhido foi o de menor preço, sendo o modo de disputa aberto.

Portanto, foi observada a exigência prevista no inciso VIII do art. 18 da lei 14.133/21.

II.VII Análise de riscos

Nos termos do inciso X do art. 18 da lei 14.133/21, o planejamento deve contemplar a análise de riscos.

Presume-se que a equipe técnica tenha observado essa questão. Contudo não há menção expressa de riscos que possam comprometer o sucesso da licitação.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO - CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA - MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

II.VIII Elaboração do edital

Nos termos do inciso V do art. 18 da lei 14.133/21 a fase de preparatória deve contemplar a elaboração do edital de licitações.

Além disso, de acordo o art. 25, o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Com efeito, foi devidamente anexado aos autos o edital do pregão, no qual é possível verificar o objeto da licitação, as regras relativas à convocação, ao julgamento das propostas, às penalidades e à habilitação, bem como os requisitos para habilitação.

As condições de pagamento, assim como normas relativas à fiscalização e à gestão do contrato estão previstas no TR anexo ao edital.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, o entendimento da assessoria jurídica é no sentido da viabilidade da contratação mediante dispensa de licitação.

É o parecer, salvo melhor Juízo.

Nova Santa Helena – MT, 17/06/2024

Fernando da Silva Alves
Assessor Jurídico